

SIS Adesão de dependentes ao SIS

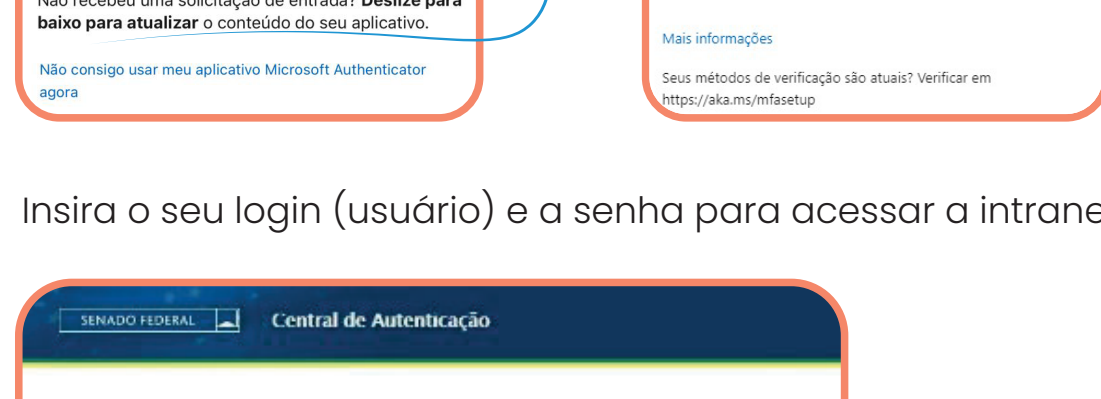
A inclusão de dependentes é feita exclusivamente pela intranet do Senado, via “Central de Serviços Administrativos”. Segundo o Regulamento do SIS, podem ser incluídos: cônjuge, companheiro(a), filho(a)/enteado(a), pessoa inválida sob tutela ou guarda judicial e menor sob guarda judicial. Pais, mães, padrastos e madrastas também podem participar, desde que vivam sob dependência econômica exclusiva do servidor comprovada em declaração de imposto de renda.

A adesão do dependente ao SIS só poderá ser concluída se o mesmo estiver cadastrado como dependente nos assentamentos funcionais do titular do plano. Caso essa etapa ainda não tenha sido feita, consulte “[Admissão de dependentes no Senado](#)”.

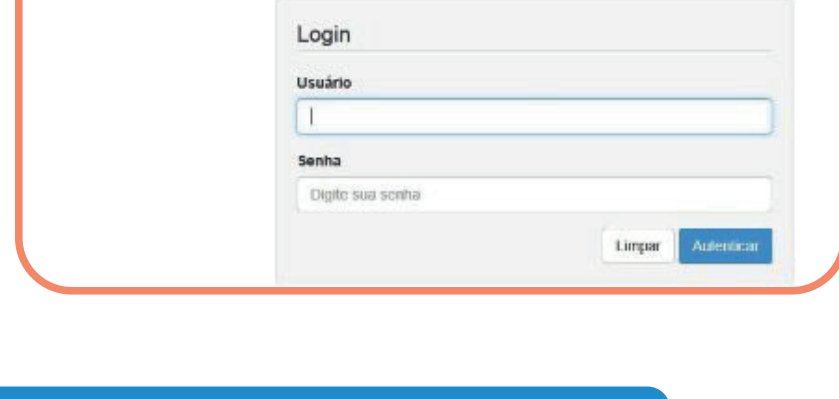
ACESSO À INTRANET

Se você não estiver na rede dos computadores do Senado Federal, prossiga da seguinte maneira:

- Digite no navegador intranet.senado.leg.br.
- Você passará pelo sistema de autenticação do Senado. Escolha a melhor maneira de verificar sua identidade.

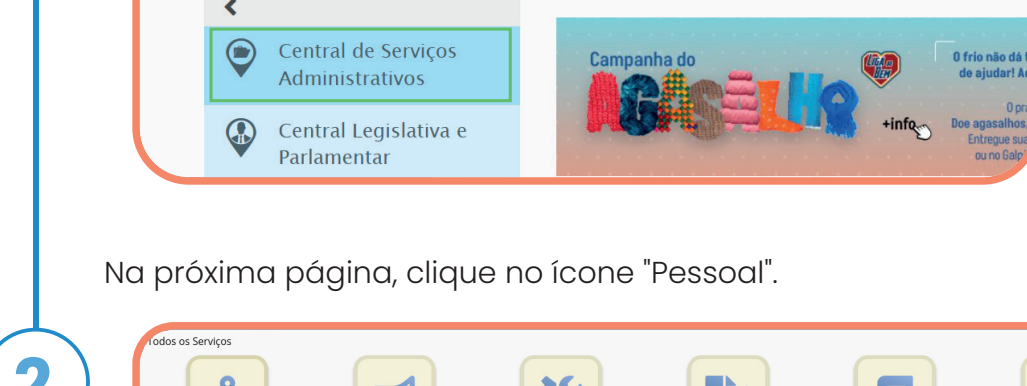


- Insira o seu login (usuário) e a senha para acessar a intranet.

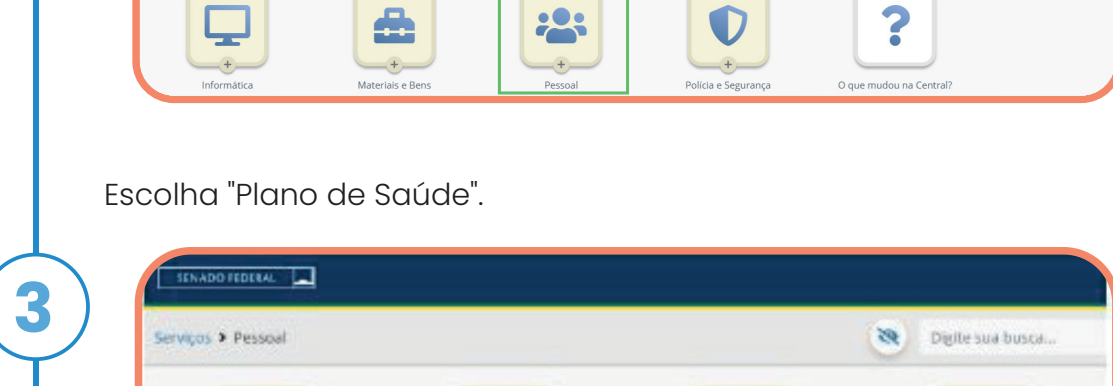


INSCRIÇÃO DOS DEPENDENTES

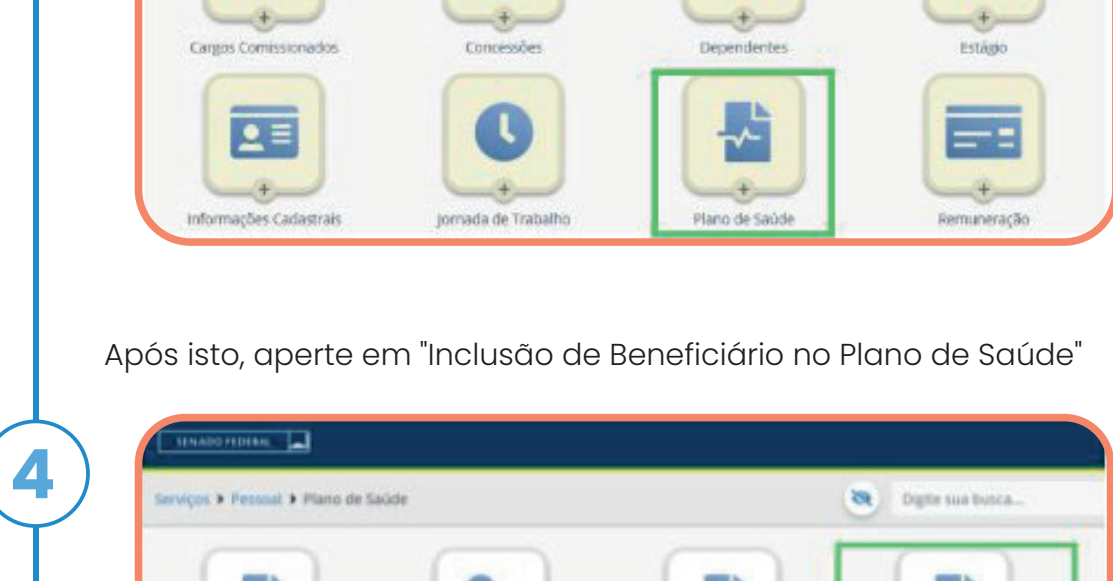
Já na página da intranet, dirija-se ao canto superior esquerdo da tela e selecione “Central de Serviços Administrativos”.



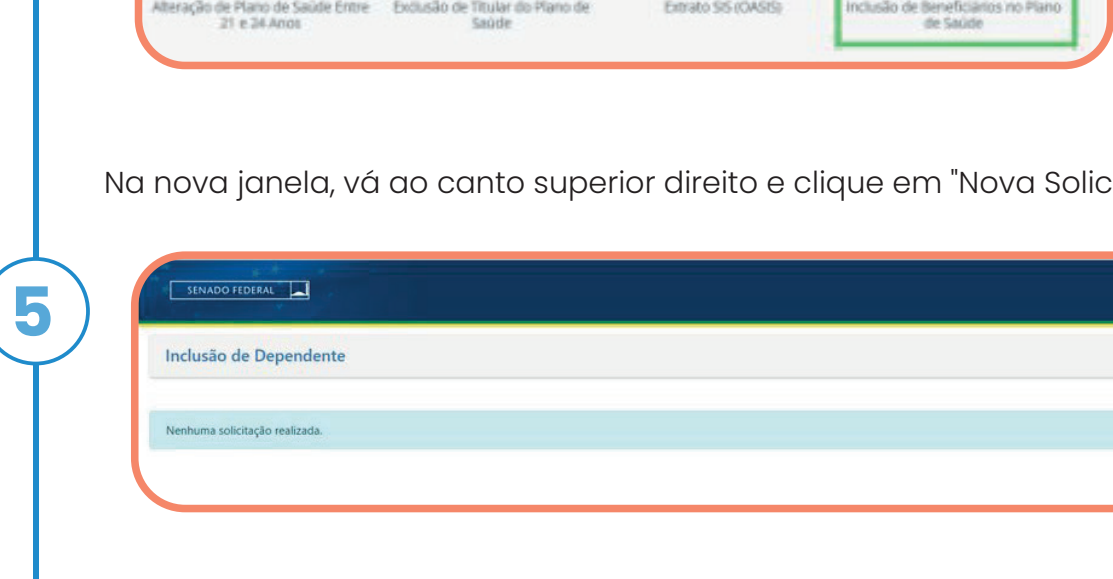
Na próxima página, clique no ícone “Pessoal”.



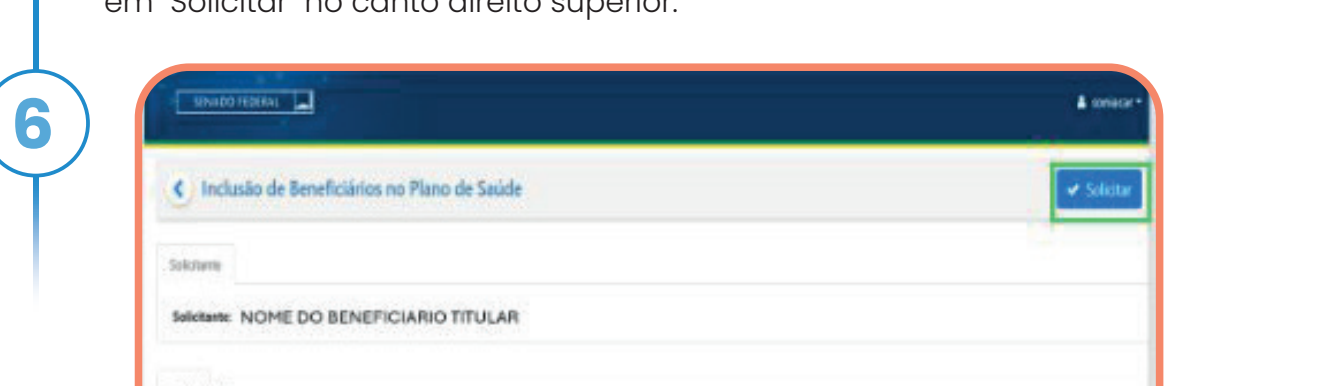
Escolha “Plano de Saúde”.



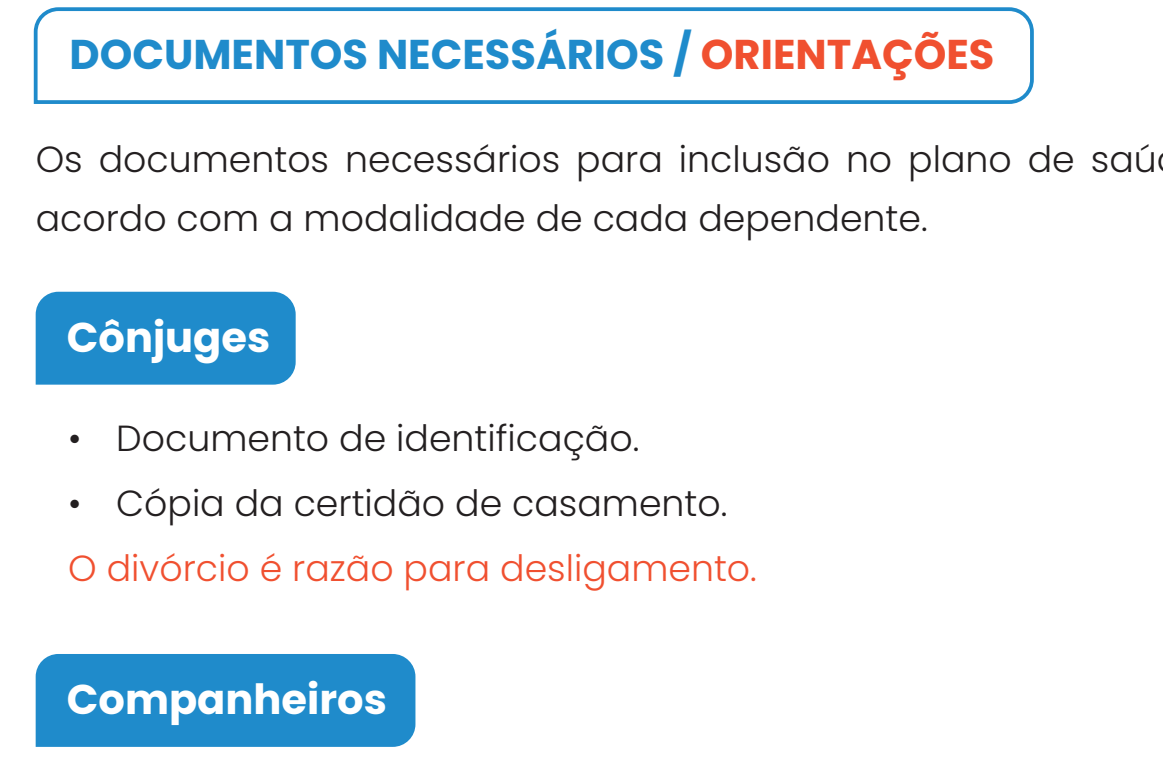
Após isto, aperte em “Inclusão de Beneficiário no Plano de Saúde”



Na nova janela, vá ao canto superior direito e clique em “Nova Solicitação”



Em seguida, selecione os dependentes que serão incluídos no plano de saúde e clique em “Solicitar” no canto direito superior.



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS / ORIENTAÇÕES

Os documentos necessários para inclusão no plano de saúde variam de acordo com a modalidade de cada dependente.

Cônjuges

- Documento de identificação.
- Cópia da certidão de casamento.

O divórcio é razão para desligamento.

Companheiros

- Documento de identificação.
- Cópia de escritura pública de união estável, ou ao menos três dos seguintes documentos:
 1. certidão de casamento religioso;
 2. declaração do imposto de renda do servidor, em que conste o interessado como seu dependente;
 3. disposições testamentárias;
 4. prova de mesmo domicílio;
 5. prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
 6. procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
 7. conta bancária conjunta;
 8. registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do servidor;
 9. escritura de compra e venda de imóvel pelo servidor em nome de dependente;
 10. apólice de seguro da qual conste o servidor como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;
 11. ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o servidor como responsável;
 12. escritura de compra e venda de imóvel pelo servidor em nome de dependente.

Filhos e enteados

- Certidão de nascimento ou identidade.
- Solteiros maiores de 21 anos e menores de 24 matriculados no ensino superior ou em escola técnica de ensino médio:
 1. Declaração de vínculo regular com a instituição de ensino.

- Enteados: acrescentar comprovante de casamento ou união estável do pai/mãe com o(a) servidor(a) titular do plano.

Netos não têm direito ao plano, exceto aqueles sob guarda judicial do servidor e que vivam sob sua dependência econômica exclusiva.

Um mês antes de completar 21 anos filhos/enteados que permanecerão no plano devem ser migrados para uma das categorias: estudantes de 21 a 23 anos completos ou não estudantes até 33 anos completos.

Estudantes de 21 até 23 anos

- A condição para se manter nessa categoria é apresentar semestralmente comprovante de matrícula em instituição de ensino superior ou curso técnico/profissionalizante de ensino médio.

Um mês antes de completar 24 anos filhos/enteados que permanecerão no plano devem ser migrados para a categoria: não estudantes até 33 anos completos.

Não estudantes de 21 até 33 anos

Filhos/enteados poderão aderir a esta categoria de jovens-adultos sem vínculo com instituição de ensino superior ou escola técnica e sem dependência econômica de pai/padrasto ou mãe/madrasta servidor(a) do Senado. As despesas com assistência à saúde serão custeadas exclusivamente por meio de suas contribuições mensais, sem a participação do Senado como empregador.

Inválidos de qualquer idade

- Cópia da última declaração de imposto de renda do titular do plano ou cônjuge entregue à Receita Federal, em que conste o nome do filho/enteado inválido como dependente.
- Laudo médico e exames complementares que comprovem a invalidez e sejam validados pela junta médica do Senado Federal.

A invalidez precisa ser declarada pelo Senado antes de o pedido de reconhecimento da invalidez ser submetida ao SIS. Ver “[Reconhecimento de invalidez](#)”

Pessoas inválidas sob guarda ou tutela judicial

- Cópia da certidão judicial de tutela ou guarda.
- Cópia da última declaração de imposto de renda enviada à Receita Federal em que a pessoa conste como dependente econômica.

Pais/padrastos e mães/madrastas

- Cópia da última declaração de imposto de renda enviada à Receita Federal em que o pai/padrasto conste como dependente econômica.

PRAZOS DE CARÊNCIA

O beneficiário pode solicitar a isenção de carência se no momento da inscrição comprovar vínculo com outro plano de saúde por no mínimo 24 meses consecutivos. Para isso, deve apresentar a carta de portabilidade em até dez dias após sua emissão. A solicitação será analisada e pode ser acompanhada na Central de Serviços, no ícone “Meus Pedidos”, no canto inferior da tela.

